



# POVOS INDÍGENAS

Elys Regina Lima de Carvalho

A participação na  
INDEPENDÊNCIA  
e formação  
do Estado Nacional Brasileiro.  
(1808-1823)

Elys Regina Lima de Carvalho

# POVOS INDÍGENAS



A participação na  
INDEPENDÊNCIA  
e formação  
do Estado Nacional Brasileiro.  
(1808-1823)

---

Parnaíba - 2025

---



Autoria e realização  
Elys Regina Lima de Carvalho

Projeto Gráfico/ diagramação  
Fabricio de Oliveira Lima

Revisão do Texto  
Lays Christine Santos de Andrade

Orientação  
Orientador: Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa

Edição  
1ª Edição

Parnaíba  
Maio / 2025

# SOBRE A CARTILHA

Esta cartilha é um produto educacional resultante da pesquisa de mestrado intitulada “Vozes silenciadas: o livro didático e a escrita sobre a participação de indígenas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro”, apresentada ao Programa de Pós-graduação a nível de

Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA – UESPI, elaborada pela mestrandona Elys Regina Lima de Carvalho, sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa.

O objetivo primeiro deste documento é disseminar informações sobre a história indígena do Brasil, subsidiar professores em sua prática docente, facilitar o aprendizado, aumentando o interesse pela temática e, de igual modo, tornar o tema indígena mais acessível ao público em geral, especialmente no contexto da escola de educação básica.

Esperamos com esse produto contribuir para outras vivências de ensino e aprendizagem significativas para os diversos grupos que compõem o espaço escolar; de reconhecimento, respeito e valorização das diversidades culturais, étnicas, linguísticas e identitárias.

# SUMÁRIO

---

Apresentação.....	07
Capítulo 1	
Povos indígenas na História do Brasil .....	08
Documento 1: Trabalho compulsório e resistência indígena.....	14
Documento 2: Está pior do que antes - O Ouvidor frente aos desmandos do Governador da Capitania no caso do roubo e venda de crianças indígenas para trabalhar nas plantações - Ceará .....	15
Documento 3: Para ser protagonista da história, mulher não precisa virar homem.....	16
Capítulo 2	
Indígenas e a independência .....	17
Documento 4: Existiu uma independência do Brasil? .....	22
Documento 5: O papel das guerras na independência do Brasil.....	23
Documento 6: Povos indígenas e a independência.....	24
Capítulo 3	
Povos indígenas e o Estado Nacional.....	25
Documento 7: "Índios" cidadãos no Brasil independente.....	29
Documento 8: Pode-se fazer uma tábula rasa do passado?.....	30
Glossário.....	31
Referências.....	34

# APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada pelo Programa Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, desenvolvida sob o título “Vozes silenciadas: o livro didático e a escrita sobre a participação de indígenas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro”, que tem como critério a exigência da realização de um Produto Educacional. Apresentamos como recurso pedagógico para o ensino básico de nível médio a proposta de uma cartilha que tem como título: Povos indígenas: a participação na independência e formação do Estado Nacional Brasileiro (1808-1823).

Além da proposta de proporcionar espaço para a visibilidade dos grupos indígenas que participaram do processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, alinhando pesquisa histórica e sala de aula da educação básica, a escolha da Cartilha propõe um produto educacional como recurso didático que permita ao professor um material educativo sobre os grupos indígenas que permita acessibilidade, praticidade e capacidade de replicação, podendo ser utilizada tanto na forma física como digital. Entendemos que, como produto educacional, ela deve conter em seu texto a rigorosidade que a narrativa histórica exige, porém, de forma leve e dinâmica, atendendo ao duplo objetivo de oferecer um conteúdo de qualidade com linguagem acessível. Esperamos também contribuir com um material em condições de ser utilizado no ambiente escolar, com a importância de subsidiar professores em sua prática, facilitando o aprendizado, aumentando o interesse pela temática e, de igual modo, tornando o tema indígena mais acessível ao público em geral, especialmente no contexto escolar da educação básica.

Esperamos, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade da educação, sobretudo para a educação que assegure o lugar dos povos indígenas como agentes históricos e, como tais, protagonistas desses processos, para enfim serem reconhecidos pela participação, de diversas formas da formação do Estado Nacional Brasileiro a partir da confluência de etnias e construído dialogicamente com a contribuição dos diversos grupos que viveram no passado.

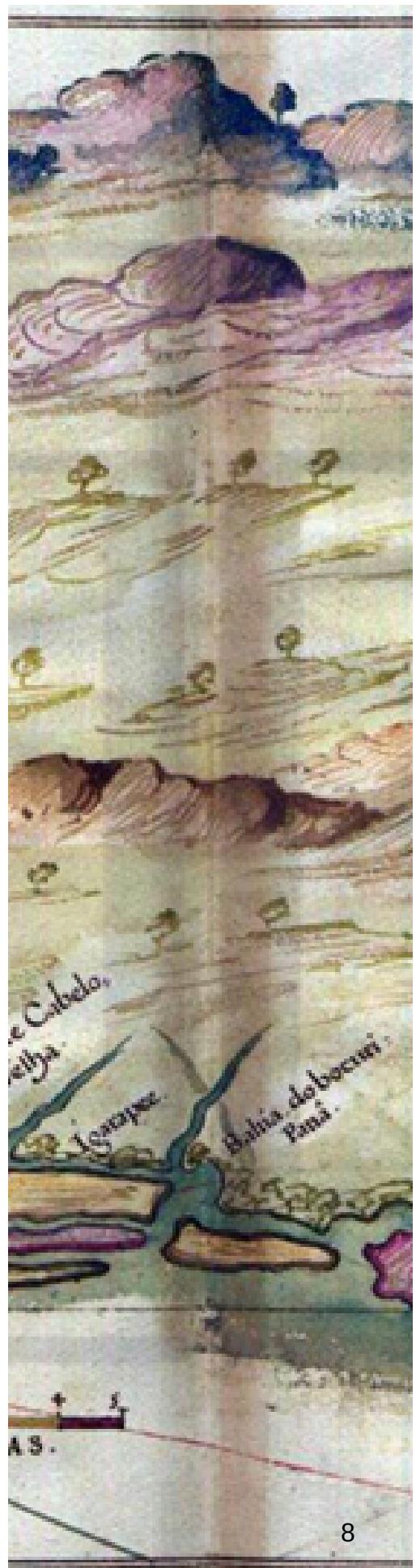
# CAPÍTULO 1

## POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL



"Novas abordagens apresentam 'índios' que mesmo "aculturados" e "dominados" não deixaram de agir, não deixaram de ser 'índios' e, embora por longo tempo ausentes da historiografia, não saíram da nossa história" (Almeida, 2010).

"A extinção dos 'índios', tantas vezes prognosticada, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra sua existência" (Monteiro, 1994).





Propomos aqui um exercício de contar a história da independência do Brasil sob um novo olhar. Considerem um processo de independência em um contexto histórico diferente daquele que nos acostumamos discutir e que, frequentemente, salvo algumas outras interpretações baseadas em trabalhos mais recentes, é descrito pela historiografia do Brasil como único e verdadeiro, dirigido pelo branco português sem a reação e/ou resistência dos outros que, juntamente, participaram do processo de formação do Estado Nacional Brasileiro. A independência, proclamada no 7 de setembro, não foi o início e nem o fim desse processo, também não ocorreu sem guerras, de forma homogênea, direcionada pelas elites brasileira que, com parte da família real portuguesa, dirigiram o processo que culminou com a liberdade brasileira. Que Brasil foi liberto em 1822?

Não podemos responder a essa pergunta sem pensar no processo de “colonização” das terras que hoje corresponde a parte do Brasil realizado pelo europeu, que teve início com a chegada dos portugueses em 1500 e se estende até 1822, quando D. Pedro, príncipe herdeiro da família de Bragança, proclama a independência do Brasil, iniciando o primeiro Império brasileiro. Esse é um dos olhares sobre a história do Brasil que comumente estudamos durante nossa vida escolar. Mas como foi dito, é apenas um olhar formulado pelo que se escreveu sobre o colonizador que até hoje reproduzimos como único, verdadeiro, mas que não reporta toda uma diversidade de povos que habitavam as regiões do Brasil no período.



Mas se pudéssemos contar uma história diferente, não a história de novos heróis, mas a história de muitos que, por diferentes formas, também participaram (e ainda participam) desse e de outros processos históricos. Eles estiveram, e estão em toda parte, são todos e todas, negros, mulheres, mestiços, indígenas excluídos dos processos históricos pela narrativa baseada na história europeia e no branco colonizador.

Na História do Brasil prevalece a narrativa dividida em três períodos: Colonial, Império e República, relacionados, respectivamente, à chegada e “colonização” do território brasileiro pelos portugueses, ao processo de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro e à República brasileira. Essa divisão é orientada, predominantemente, pelo viés político e econômico da história brasileira, e retrata a condução da história realizada a partir da ação das grandes personalidades, predominantemente branca, e ocultando a participação de outros grupos e personagens que, de diferentes formas, também participaram dos processos históricos, muitas vezes como protagonistas. Apesar de considerar a presença indígena e negra na formação da Nação Brasileira, atribui a elite branca a condução de todo o processo, reservando aos outros grupos que também participaram a condição de sofrerem a ação. Prevalece a história de uma parte do Brasil, de uma parcela, minoritária, da população brasileira que é reproduzida como uma totalidade, mas que comprehende apenas uma parte da nossa história que é tratada como um todo, uma generalização.



Quanto aos indígenas, geralmente não aparecem, e quando estão presentes, limitados aos conteúdos relacionados a Pré-história brasileira, são apresentados com as mesmas características dos povos pré-históricos como um geral, caracterizados a partir dos critérios utilizados para definir a pré-história europeia, sem as especificidades relativas à formação histórica desse período na América ou no Brasil. Da pré-história eles só voltam a aparecer no momento da chegada dos portugueses, com poucas ou nenhuma alusão às formas de organização social dos vários grupos que habitavam as terras brasileiras na época. Aparecem, primordialmente, nos capítulos ou seções que trabalham os primeiros contatos entre portugueses e indígenas, escravidão indígena durante o período colonial e império, reaparecendo na república com a imagem relacionada às questões ambientais e lutas pela posse da terra.

Prevalece a ideia dos indígenas como “indolente” e “preguiçoso” do período colonial, do “romantizado guerreiro”, porém, “aculturado e/ou extermínado” do Império e remanescente “selvagem”, “atrasado” e “isolado”, fruto de uma visão mal construída sobre esses povos que precisa ser repensada sob a luz da diversidade e ancorada nas recentes pesquisas desenvolvidas pela “Nova História Indígena”, que representa uma renovação nas abordagens sobre os povos indígenas, enfatizando a atuação destes como agentes dos processos históricos, redimensionando o seu papel e protagonismo na história brasileira, contrariando a historiografia tradicional que os apresenta como vítimas.



Retomando ao propósito de contar a história da independência do Brasil sob um novo olhar. Considerando outros processos de encontro e trocas culturais entre os diversos povos indígenas existentes no Brasil, portugueses, e até mesmo outros grupos estrangeiros que atuaram no Brasil e, de diversas formas, mantinham contatos diversos também com as populações ou grupos indígenas habitantes do território brasileiro desde a ocupação portuguesa na América. Em primeiro lugar, é preciso considerar a diversidade de povos indígenas que habitavam o Brasil na época. Uma população extremamente diversificada que sofrera os abalos decorrentes do encontro com os estrangeiros europeus. A grande mortandade e extinção de centenas de etnias, resultado do contato, transformou a realidade desses grupos. Contudo, as classificações realizadas, baseadas na descrição de cronistas e missionários, acentuam mais a semelhança do que as diferenças e a imensa diversidade entre os grupos étnicos existentes no Brasil, assim, reduzidos ao binômio tupi-tapuia.

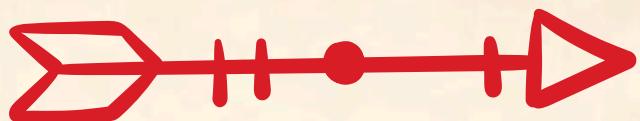
Apesar da escassez e imprecisão das fontes existentes, os avanços nas pesquisas arqueológicas comprovam que os vários grupos indígenas, que habitavam o continente, interagiam e influenciavam-se mutuamente, estabelecendo redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si. Os tupis habitavam a costa brasileira; algumas pesquisas dão conta dos movimentos migratórios realizados por esses grupos, entretanto, a hipótese mais amplamente aceita indica sua dispersão a partir da Bacia do Paraná-Paraguai.

Nesse processo de expansão, teriam se estabelecido na costa brasileira após expulsar grupos tapuias, subdividindo-se em dois subgrupos: os tupinambás (habitantes da região costeira do Ceará até Cananeia, São Paulo) e os guaranis (dominavam o litoral sul de São Paulo, seguindo para o sul).

Os tapuias, apresentados dessa forma, em oposição aos tupis (“tapuia”, na língua tupi significa bárbaro, era o termo utilizado para designar todos os grupos não tupis), eram considerados arredios e de difícil contato, identificados como bárbaros e selvagens que habitavam os sertões, ou seja, as regiões não ocupadas pela administração portuguesa, onde habitavam os “índios bravos”.

Apesar das limitações para o conhecimento dessas etnias e sociedades do período, as relações com o outro, realizadas entre grupos, eram constituídas por meio da guerra e do ritual de vingança, do escambo e do casamento.

“A troca de objetos entre os grupos tupis era comum e podia envolver também os grupos rivais que interrompiam as hostilidades para efetuar as trocas. Os casamentos solidificavam relações e ampliavam o poder dos guerreiros que, quanto mais cunhados e genros tivessem, mais poderosos se tornavam. Ter muitas mulheres era, pois, um fator de prestígio e poder nessa sociedade. O guerreiro que capturava inimigos e os executava no ceremonial, entre outras honrarias, ganhava o direito de obter mais uma mulher”. (Almeida, 2010).



## Documento 1

### Trabalho compulsório e resistência indígena

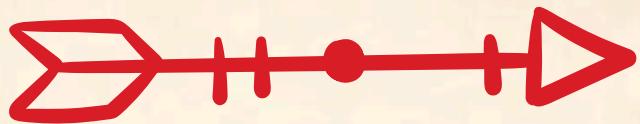
<https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7887-trabalho-compulsorio-e-resistencia-indigena>

#### SAIBA MAIS:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 11–25, 2014. DOI: 10.5007/1984-9222.2014v6n12p11. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n12p11>



# História & Documento



## Documento 2

O Ouvidor frente aos desmandos do

Governador da Capitania no caso do roubo e  
venda de crianças indígenas para trabalhar nas  
plantações – Ceará

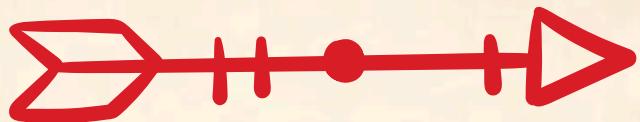
<https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7887-trabalho-compulsorio-e-resistencia-indigena>

### SAIBA MAIS:

Profa. Isabelle Braz Peixoto da Silva

Professora da Universidade Federal do Ceará e autora do livro: Vila de Índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino, publicado pela Pontes Editores em 2005.





## Documento 3

Mulheres lideraram uma fuga de pessoas escravizadas na Amazônia colonial

(1773) – Pará

<https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7908-protagonista-mulher-nao-virar-homem>

### SAIBA MAIS:

HENRIQUE, Márcio Couto. Escravidão ilegal e trabalho compulsório de índios na Amazônia (século XIX). In: MOREIRA, Vânia Maria Losada; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (org.). Povos indígenas, independência e muitas histórias. 1a ed. Curitiba: CRV, 2022. p. 501-530.



# CAPÍTULO 2

## INDÍGENAS E A INDEPENDÊNCIA

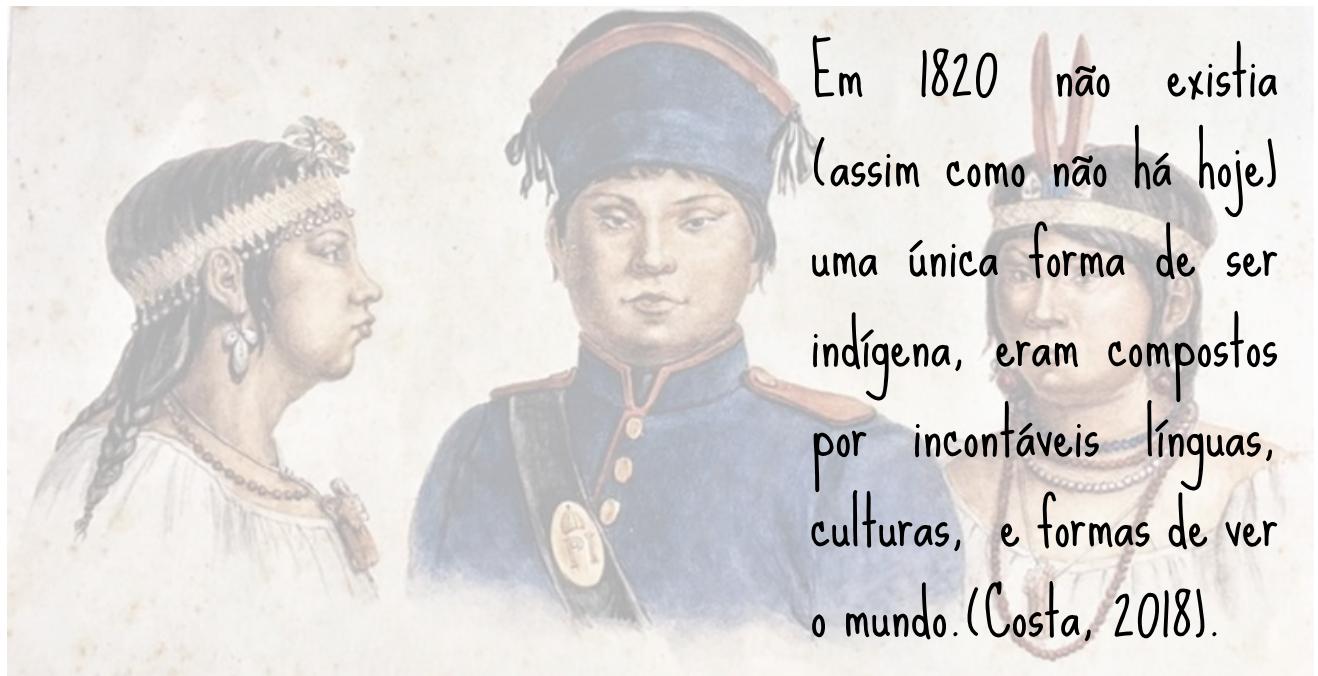
"Estudos recentes destacam não apenas a atuação de indígenas como agentes das tropas, mas também como agentes políticos que disputavam posições e projetos dos mais diversos" (Cancela, 2022).



"Não se pode compreender a Independência do Brasil sem o protagonismo indígena e a importância do debate sobre essas populações na formação do país" (Costa, 2018).



Nos anos oitocentos, os povos indígenas que habitavam o Brasil se viam cada vez mais sitiados pela presença e iniciativas da elite luso-brasileira em aumentar seus domínios em direção as terras ainda ocupadas pelas populações indígenas que habitavam as regiões da floresta, território de diversos grupos indígenas, demarcadas como a “fronteira da civilização” pelos representantes da coroa portuguesa.



Em 1820 não existia (assim como não há hoje) uma única forma de ser indígena, eram compostos por incontáveis línguas, culturas, e formas de ver o mundo. (Costa, 2018).

Diversos embates marcam essa época, portugueses e espanhóis, portugueses e franceses, indígenas e colonizadores travaram guerras. O império luso-brasileiro procurava ampliar o seu controle sobre o território e consolidar novas fronteiras internas e externas, atacando diferentes adversários do império. Embora tenham ocorrido do século XVI ao XX, os embates pela defesa e ocupação do território nos anos que antecederam 1808 tinha como palco principal as disputas pela região onde mais tarde viria a ser o sudeste brasileiro, ocupada e disputada na época por vários grupos, entre eles, indígenas botocudos e luso-brasileiros.

Esses conflitos, muitas vezes tomados a partir da iniciativa das tribos indígenas com a marca de expressivas vitórias, tinham no centro das disputas a posse da terra, além do acentuado interesse pela mão de obra indígenas no século XIX.

A guerra contra os botocudos (1808-1824), deflagrada por D. João VI, reunia a persistente intenção de eliminar grupos indígenas avessos ao controle luso-brasileiro das regiões até então ocupada por esses grupos, refletia, portanto, a insistente campanha anti-indígena, acompanhada de um conjunto de fatores geopolíticos econômicos. Existia um cinturão de florestas e territórios indígenas nessa região do Brasil em 1808. A floresta, embora território indígena, constituía a fronteira da civilização muito próxima ainda dos centros urbanos importantes.

"O objetivo era destruir esta fronteira interna. a fim de ocupar o território onde havia florestas e 'índios'." (Morel, 2018).

Assim como em épocas anteriores, o Brasil indígena da década de 1820 era composto por incontáveis grupos submetidos a variadas condições sociais. Aqueles que mantinham pouco ou nenhum contato com os não indígenas ou que habitavam seus próprios territórios procuravam resistir à política de expansão agrícola sobre suas terras continuada por D. Pedro.



Os grupos integrados aos não indígenas habitavam fazendas, pequenos lugarejos, vilas e cidades. Como homens livres, trabalhavam em terrenos próprios ou de aluguel para proprietários e governos.

Esses grupos mantinham relações de troca e fidelidade com as autoridades, procuravam, dentro de suas condições sociais e econômicas, participar de debates mais amplos e defender objetivos próprios.

Para tanto, atuavam de diferentes formas, dependendo das relações que mantinham com proprietários vizinhos, autoridades da Igreja e do governo, bem como outros grupos inferiorizados.

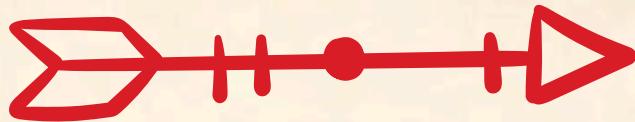
Essa diversidade de condições define as condições de participação e engajamento na independência. Porém, parecia ser mais frequente a adesão ao projeto de Brasil independente. Ser brasileiro indicava, para esses grupos, a oportunidade de uma nova posição social em que não representassem a parcela inferiorizada da sociedade obrigada ao trabalho forçado.

"A atuação na independência ia da rebelião às ações escritas. Agiram de formas variadas e em condições bem distintas, com projetos próprios para o novo país e se valendo inclusive de preceitos liberais (Costa, 2018)".<sup>20</sup>

## O sentido das guerras na independência do Brasil

Um primeiro ponto a ser repensado é a ideia de que a independência e a manutenção territorial do Império foram processos que se desenvolveram, de forma homogênea, sem (ou muito poucas) lutas por meio de um “acordo entre as elites”. Esse modelo idealizado de Estado Nacional, nacionalista, formado a partir de um todo, uma língua e um território, ignora os diversos projetos políticos (constituídos por diversos núcleos sobre vilas, cidades e capitâncias), existentes para a nação independente a ser formada. Na época, existia uma grande diversidade de núcleos de interesse.

“O sentido das guerras na independência do Brasil era o de fortalecer um dos grupos políticos e sociais em províncias muito divididas e conflagradas, obviamente os grupos que tendiam a se submeter ao governo do Rio de Janeiro, e, sem exceção, essas tropas nunca se prestaram a grupos sociais que viam a independência como uma revolução social em sentido amplo. Ao contrário as tropas enviadas pelo Rio de Janeiro se esmeraram em afastar qualquer possibilidade de sucesso dos projetos de mudança social mais radicais.” (Machado, 2022).



## Documento 4

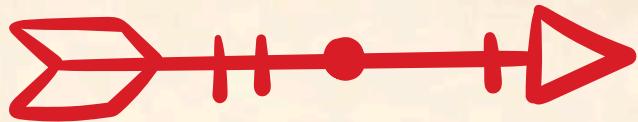
### Existiu uma independência do Brasil

<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7616-existiu-uma-independencia-do-brasil>

#### SAIBA MAIS:

João Paulo Pimenta é professor da USP e autor do livro Independência do Brasil (Contexto, 2022). E-mail: [jgarrido@usp.br](mailto:jgarrido@usp.br).





## Documento 5

### O papel das guerras na independência do Brasil

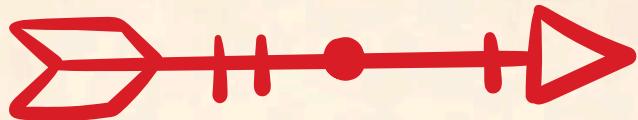
<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7563-o-papel-das-guerras-na-independencia-do-brasil>

#### SAIBA MAIS:

André Roberto de A. Machado é professor da Unifesp e coordenador do Blog das Independências.

MACHADO, André Roberto de A. Um acordo impossível: o papel das guerras na independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825). Almanack, [S. l.], n. 31, 2022.





**Documento 6**  
Povos indígenas e a  
independência

<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7610-povos-indigenas-e-a-independencia>

### SAIBA MAIS:

João Paulo Peixoto Costa é professor do Instituto Federal do Piauí, do Profhistória da Universidade Estadual do Piauí e autor do livro *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)* (EDUFPI, 2018).



# CAPÍTULO 3

## INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

"Estudos recentes destacam não apenas a atuação de indígenas como agentes das tropas, mas também como agentes políticos que disputavam posições e projetos dos mais diversos" (Cancela, 2022).





A presença indígena na cena política da independência indica a gerência destes sobre os acontecimentos políticos da época. Após sua concretização, a coroa brasileira buscava consolidar-se internamente, privilegiando a linha de desenvolvimento econômico e de apoio às frentes civilizatórias para obter o controle do território e dos grupos de indígenas “ainda não integrados”. Diversos movimentos surgiram: “eliminar os indígenas pela guerra, submetê-los à escravidão, ou integrá-los de maneira mais ou menos pacífica à sociedade dominante”, embora parte massiva dos colonos desejasse usar o trabalho indígena e se apossar das suas terras.

A política indigenista nasce sob o impacto do processo de independência. A postura do Império brasileiro, em relação aos povos indígenas, apresentava indecisões e contradições. De um lado a violência daqueles que buscavam ressuscitar a imposição do cativeiro e o extermínio de grupos e povos resistentes. Do outro, aqueles que defendiam um programa de conquista e ressocialização da população indígena considerada “brava” com a criação de espaços de aldeamento para educação e integração (“civilizar”) e catequese dos indígenas, a partir de métodos “brandos” e “persuasivos”. De todo modo, a política do governo se equilibrava entre extermínio e aculturação.



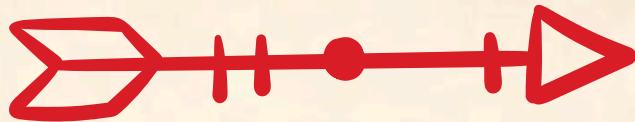
Em relação ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, quem seria considerado cidadão do “novo Império do Brasil”? Os indígenas seriam considerados “membros da sociedade brasileira” ou, de modo contrário, apenas habitantes do Brasil? Era comum na época a ideia de que existia dois tipos de indígenas: “bravo”, “selvagem” ou “tapuia”; estes não poderiam ser considerado parte da sociedade e o “domesticado”, “manso” ou “civilizado”, considerados como parte da sociedade, podiam ou não serem admitidos como cidadãos.

Na Constituição de 1824, os indígenas não foram mencionados e a política indigenista, adotada pelo governo imperial, assumiu a atitude de conciliação aos interesses oligárquicos distante das expectativas criadas durante todo o processo de Formação Nacional.

À política indigenista na Construção do Estado Nacional, os inúmeros e diferenciados povos e indivíduos indígenas dos sertões e das aldeias responderam de forma diversificada. “A política indigenista do Império brasileiro visava assimilar os ‘índios’, tornando-os produtivos cidadãos do Estado”.



Considerados extintos, “civilizados”, “aculturados”, invisíveis nos discursos políticos e pela historiografia, os diversos grupos indígenas, contrariando essa presunção do século XIX aos dias de hoje, encontraram diferentes maneiras de (re)elaborar sua história em processos aos quais chamamos de etnogênese. Histórias, memórias e identidades são reelaboradas de várias formas demonstrando que diferentemente do previsto pelas leis oitocentistas eles não foram conduzidos à assimilação, tampouco extintos.



## Documento 7 Índios cidadãos no Brasil independente

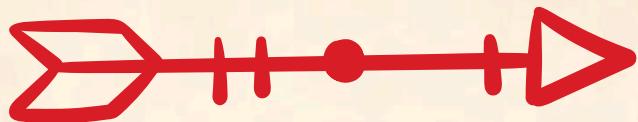
[https://anpuh.org.br/index.php/  
blog-das-  
independencias/item/7597-  
indios-cidadaos-no-brasil-  
independente](https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7597-indios-cidadaos-no-brasil-independente)

### SAIBA MAIS:

Francisco Cancela é professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e autor do livro Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do Diretório (Paco, 2018).



# História & Documento



Pode-se fazer uma tábula rasa do passado?

<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7564-pode-se-fazer-tabula-rasa-do-passado>

## SAIBA MAIS:

Vânia Maria Losada Moreira é professora titular da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro e autora dos livros *Espírito Santo Indígena* (APEES, 2017) e *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822* (Humanitas, 2019).



# **GLOSSÁRIO**

## **COLONIZAÇÃO**

Processo pelo qual os seres humanos ocuparam novos territórios pelo mundo. O período da colonização na Idade Moderna se inicia no final do século XIV, com o crescimento econômico de países europeus e asiáticos

---

## **EUROCÊNTRICA**

Que valoriza em demasia os valores europeus, da Europa. Que se centra na Europa e nos europeus para interpretar o mundo e a realidade. Que prefere a cultura europeia ou os europeus, em detrimento do restante.

---

## **ETNOGÊNESE**

Refere-se à formação e desenvolvimento de uma identidade étnica, seja através da auto definição do grupo ou da identificação externa. É um processo dinâmico que pode envolver a criação de novas identidades étnicas ou a reemergência de identidades existentes, frequentemente em resposta a mudanças sociais, políticas ou econômicas

# **GLOSSÁRIO**

## **GENERALIZAÇÃO**

A generalização consiste em atribuir a uma totalidade o que foi observado em um número limitado de indivíduos ou de casos singulares. Dá lugar ao genérico, isto é, a classes de objetos, a conceitos ou proposições que se referem ao caso médio, ao caso típico ou ao normal do gênero.

---

## **LUSO-BRASILEIRO**

Indivíduo cuja origem deriva da mistura de portugueses e brasileiros. [Por Extensão] Pessoa que, embora tenha nascido em um dos dois países, Portugal ou Brasil, possui dupla nacionalidade: imigrante luso-brasileiro.

---

## **NARRATIVA HISTÓRICA**

A narrativa histórica é a forma como a história é contada, construída e transmitida através de linguagem. É um processo que envolve a seleção, organização e interpretação de eventos do passado, com o objetivo de dar sentido e significado a esses acontecimentos para um determinado público. A narrativa histórica é, portanto, uma estrutura persuasiva que o historiador utiliza para comunicar a sua visão do passado.

# **GLOSSÁRIO**

## **POLÍTICA INDIGENISTA**

Políticas indigenistas referem-se a medidas governamentais ou ações de outros agentes que visam a proteção e desenvolvimento de povos indígenas, seja através da promoção de direitos, da preservação de culturas e terras, ou da inclusão social e econômica. A expressão “política indigenista” foi historicamente utilizada para abranger todas as ações políticas direcionadas aos povos indígenas.

---

## **PROTAGONISTA**

Em termos gerais, protagonista refere-se à pessoa ou personagem principal que desempenha um papel central ou de destaque em uma situação, evento ou obra de arte. É aquele que é o foco da história, ação ou acontecimento, sendo considerado a figura mais importante ou influente.

---

## **TÁBULA RASA**

“Tábula rasa”, em português, significa “tábua apagada” ou “folha em branco”, e é um termo usado na filosofia e na psicologia para descrever a ideia de que, ao nascer, a mente humana é uma entidade vazia, sem conhecimentos inatos, e que o conhecimento e a personalidade são adquiridos através da experiência.

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho compulsório e resistência indígena”. Blog Indígenas sempre obrigados ao trabalho, 2025, <https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7887-trabalho-compulsorio-e-resistencia-indigena>, Acesso em: 15 de maio de 2025.

\_\_\_\_\_. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: HGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Los Pueblos Indígenas y la Formación del Estado Nacional Brasileño. In: OHMSTEDE, Antonio Escobar (org.). La América Indígena decimonónica desde nuevas miradas y perspectivas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: PrometeusLibros, 2021, p. 114-142.

Cancela, Francisco Francisco Eduardo Torres. Os indígenas e a independência do Brasil. Salvador, Saga Editora, 2023.

\_\_\_\_\_. Índios cidadãos no Brasil independente, Blog das independências, 2025. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7597-indios-cidadaos-no-brasil-independente>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

\_\_\_\_\_. Pela “Santa causa do Brasil” e contra a “imprudência”, o despotismo e a violência dos ouvidores: a atuação dos índios no contexto da construção do Brasil independente (Vila Verde, 1822-1830). Revista Brasileira de História, v. 42, n° 91, 2022.

# REFERÊNCIAS

COSTA, João Paulo Peixoto. Pela causa do Brasil: a independência e as câmaras municipais das vilas de índios no Ceará e na Bahia. IN: MOREIRA, Vânia Maria Losada. DANTAS, Mariana Albuquerque. COSTA, João Paulo Peixoto. MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). Povos indígenas, independência e muitas outras histórias: repensando o Brasil do século XIX. Curitiba, Editora RCV, 2022, P 425-449.

\_\_\_\_\_. A farsa do Extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea. et al. Patrimônio arqueológico e Cultura indígena. Teresina, PI, EDUPI,2011.

\_\_\_\_\_. & OLIVEIRA, T. G. D. (2022). POVOS INDÍGENAS NO BRASIL OITOCENTISTA. Outros tempos: Pesquisa em foco – História, 19(34). 131-138.

\_\_\_\_\_. Povos indígenas e a Independência. Blog das independências, 2025. Disponível em:  
<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7610-povos-indigenas-e-a-independencia>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios do Brasil: História, direitos e cidadania. São Paulo, Editora Claro Enigma, 2012.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Dimensões da participação política indígena na Formação do Estado Nacional Brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). 321 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HENRIQUE, Márcio Couto. Para ser protagonista da história mulher não precisa “virar homem”. Blog indígenas na história sempre obrigados ao trabalho, 2025. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7908-protagonista-mulher-nao-virar-homem>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MACHADO, André Roberto de A. Um acordo possível: O papel das guerras na independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825). Guarulhos, Almanack, n. 31, 2022.

\_\_\_\_\_. André Roberto de Arruda. Para fazer vencer a “verdadeira causa da independência”: herança, reação e reinvenção do trabalho compulsório dos indígenas no Pará (1821-40). IN: MOREIRA, Vânia Maria Losada. DANTAS, Mariana Albuquerque. COSTA, João Paulo Peixoto. MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX. Curitiba: CRV, 2022.

\_\_\_\_\_. O papel das guerras na Independência do Brasil. Blog das independências. 2025. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7563-o-papel-das-guerras-na-independencia--Brasil>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MONTEIRO, John Manoel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF MEC: MARI: UNESCO, 1995. P. 221-228.

# REFERÊNCIAS

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Pode-se fazer uma tábula rasa do passado. Blog das independências, 2025. Disponível em:<https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7564-pode-se-fazer-tabula-rasa-do-passado>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MOREL, Marco. A saga dos botocudos: guerra, imagens e resistência indígena. São Paulo, Hucitec Editora, 2018.

MORENO, Jean Carlos. O tempo Colonizado: um embate central para o Ensino de História no Brasil. Campo Grande, InterMeio: Revista do Programa de Pós Graduação em Educação – UFMS, 2019, v.25, n.49.1, p. 1-225.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto. Está pior do que antes. Blog indígenas na história sempre obrigados ao trabalho. 2025. Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho/item/7904-esta-pior-do-que-antes>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

PIMENTA, João Paulo, Existiu uma independência do Brasil? Blog das independências. 2025. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias/item/7616-existiu-uma-independencia-do-brasil>. Acesso em: 15 de maio de 2025.



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA